

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2017 (Deputado Paulo Pimenta, Deputado Paulo Teixeira e Deputado Alessandro Molon)

Requer realização de audiência pública para tratar sobre o “Autos de Resistência” e “resistência seguida de morte” nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais.

Requer, nos termos do artigo 32, inciso VIII, alínea a, da RICD, realização de audiência pública para tratar sobre os termos “Autos de Resistência” e “resistência seguida de morte” nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais nos casos em que há lesão corporal ou morte decorrentes da oposição à intervenção policial.

Para a realização desta audiência, ficam convidadas as seguintes pessoas:

- 1) Paulo Sérgio Rangel do Nascimento - Desembargador TJ/RJ
- 2) Frei David Santos – Presidente da ONG Educafro
- 3) Gabriel de Carvalho Sampaio – Advogado, ex-Conselheiro Nacional de Direitos Humanos
- 4) Antônio Pereira Duarte – Procurador da Justiça Militar, membro do Conselho Nacional do Ministério Público.
- 5) Débora Maria da Silva – Movimento Mães de Maio

JUSTIFICATIVA

A luta pelo fim dos autos de resistência surgiu a partir da comoção de diversos operadores do sistema de justiça, profissionais de segurança pública e da sociedade civil organizada, todos atentos à necessidade de correta apuração de casos envolvendo letalidade no emprego da força estatal. Esta luta resultou na elaboração do Projeto de Lei 4471/2012, de autoria dos Deputados Paulo Teixeira, Fábio Trad, Delegado Protógenes e Miro Teixeira, que aguarda aprovação no Plenário desta Casa.

Da análise cotidiana de ações que envolvem o emprego de força letal policial, designados genericamente como “resistência seguida de morte” ou “autos de resistência”, constata-se que vários casos não são submetidos à devida apreciação do sistema de justiça, porquanto, no mais das vezes, consolida-se a premissa de que não há que se investigar a possível ocorrência de crime doloso.

Sendo que a ampliação do controle e da fiscalização sobre a atividade de segurança pública, de maneira eficiente e independente, de modo

a diminuir excessos e garantir a responsabilização pelos atos que não estejam condizentes com as conquistas do Estado Democrático de Direito e com os anseios sociais pela redução da violência estatal e da letalidade de suas ações é objeto de diversos debates nesta Comissão.

Solicitamos o apoio desta Comissão para a realização desta audiência pública, buscando-se a discussão do tema e soluções que favoreçam os direitos humanos.

Sala das Sessões, em 04 de Maio de 2017.

Deputado PAULO PIMENTA
PT-AL

Deputado PAULO TEIXEIRA
PT-SP

Deputado ALESSANDRO MOLON
REDE-RJ